

SEÇÃO II - INFORMATIVO NESEF

ECONOMIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NACIONAL:

Historicidade e conjuntura¹¹¹

Valéria Arias

Pesquisadora do NESEF/UFPR; Professora da Rede Estadual de Educação do Paraná; Equipe Técnico-Pedagógica da SEED PR.

E mail: arias_val@yahoo.com.br

Em primeiro lugar, é preciso reforçar o posicionamento comum dessa Mesa em relação ao objeto da análise crítica que pretendemos apresentar e debater, qual seja: as políticas públicas educacionais propostas e fomentadas pelo Governo Federal. De forma nenhuma se desconsideram os avanços dos modelos atuais em relação ao que se praticava em administrações anteriores do estado brasileiro. De fato, a crítica que fazemos só é possível porque houve certos avanços. São estes avanços que pretendemos aprofundar. Logo, não se trata, absolutamente de retroceder ao passado recente.

O movimento do NESEF em relação a esta pauta específica foi tomando corpo quando nos propusemos, do *locus* da educação filosófica, analisar determinados fenômenos atuais que afetam diretamente **a organização curricular da Educação Básica**, especialmente da sua Etapa Final, tais como os Projetos de Lei 5115/2013 (PSDB DF) e o PL 6840/2013 (PTMG /PTD PB). Nessas ocasiões, entendemos, e seguimos nessa lógica, que era essencial considerar **o conjunto** das políticas educacionais propostas pelo Governo Federal. Da mesma forma, quando, no Paraná, se iniciaram os movimentos para a implementação do **Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio**, o NESEF, antes de nele se “engajar no” ou, noutro extremo, “imediatamente refutá-lo”, atentou para a necessidade de compreendê-lo mais profundamente, buscando explicitá-lo, não apenas a partir dele próprio, o que seria demasiado ingênuo, mas apreendê-lo no contexto em que se constitui. Com efeito, empiricamente evidencia-se que, dado o volume impressionante de Programas Educacionais, sempre acompanhados de outro imenso volume de discursos que visam

¹¹¹ Conferência proferida durante o **Colóquio Políticas públicas de formação de professores e reforma curricular do Ensino Médio: uma análise da conjuntura e das tendências atuais**. SEPE/UFPR. Curitiba, junho de 2014. Composição da Mesa: Ademir A. Pinhelli Mendes, Geraldo Balduino Horn, Emmanuel Appel e esta autora.

sua legitimação social, os sujeitos da educação básica, sobretudo nós professores, temos tido certa dificuldade em compreender o “estado da arte” das políticas públicas educacionais de uma forma mais ampla, interpretando-as enquanto elementos de uma dada conjuntura histórica.

Defende-se que, para buscarmos os sentidos mais concretos da política pública educacional, incluindo-se aí suas finalidades, concepções e redes de relações, é preciso tomá-la na perspectiva da totalidade. Refutam-se, desse modo, as análises parciais e “interessadas” (no sentido gramsciano) da política educacional, as quais, de forma geral, concentram-se em defesas e/ou reações intransigentes de um determinado programa, de um determinado rol de ações. Nesse mesmo sentido, recusamos a simples aceitação ou rejeição apriorística das políticas do Governo Federal, por razões político-partidárias. Entendemos que a construção da educação de qualidade, com vistas à emancipação, passa, necessariamente, pelo processo maior de transformação de toda a sociedade, logo, a política educacional se inscreve nessa mesma lógica contraditória, marcada por avanços e recuos e entrecortada por inúmeras disputas.

Outra característica, para nós, fundante, que arvoramos concretizar no mencionado movimento de explicitação dos sentidos da política educacional, é promover a democratização desses debates. Tal democratização implica em dois pressupostos. O primeiro deles é torná-los **públicos**, a partir dos diversos espaços que tradicionalmente abrigaram as discussões de temas e problemas que afetam a sociedade, entre eles, a universidade, os sindicatos, os meios de comunicação. O segundo é **qualificá-los**; sendo, para isso, necessário que os sujeitos que deles participem detenham certo conhecimento das proposições das atuais políticas, incluindo-se aí, suas determinações, condicionantes, *modus operandi*, objetivos, custos, etc. Em suma, democratizar significa, publicamente, ir para além do âmbito midiático e da *doxa* que repercutem falas monolíticas (contrárias ou favoráveis) acerca dos problemas educacionais e das respectivas soluções para tais problemas.

Passemos, então, a, em linhas amplas, expor a historicidade recente das políticas públicas educacionais federais.

No final dos anos de 1990 e anos 2000, as agências multilaterais, incluindo-se aí as exclusivamente financeiras (FMI, BID, BIRD), as econômicas (OCDE) e os organismos da ONU (PNUD, UNESCO, UNICEF, CEPAL) “recomendavam” aos países da América Latina e da África Subsaariana que traçassem metas, “*elaborassem*

planos educacionais” com vistas à *“melhora paulatina da inserção da população em um mercado competitivo”* e que exigia dos trabalhadores, cada vez mais, o domínio de *“competências múltiplas”* (BID – PROMED; 2002).

Mais que planos, as recomendações lembravam a necessidade de compromissos amplos, de pactos sociais, pois a educação era então entendida como item cuja responsabilidade é *“de todos”*, do estado, das comunidades e da *“sociedade civil”*, por meio das *“organizações não governamentais”*, e das *“organizações sociais sem fins lucrativos”*. (UNESCO. Plano Decenal de Educação Para Todos. Doc. Orientador, 2002).

Nessa esteira, foi construído, por exemplo, o Plano Decenal - Para Uma Educação Para Todos, cuja mobilização foi organizada e financiada pela UNESCO e demais organismos da ONU.

Defendia-se, também, que era preciso criar indicadores capazes de medir avanços e recuos. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), desenvolvido por organismos especializados, vinculados ao PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) faz parte da lógica da necessidade de metas que possam ser, ao mesmo tempo, mensuradas, acompanhadas e exequíveis num determinado intervalo de tempo.

Dessa *“importância planificadora”* (a qual, diga-se, por razões outras, foi e é defendida pelos movimentos progressistas e revolucionários, como estratégia para a mudança), absorvida por amplos setores sociais, aliada à ideia da *“necessária”* responsabilização *“de todos”* pelo sucesso ou pelo fracasso da política social, desdobraram-se, no universo educacional, uma série de iniciativas. [Devido ao objeto dessa Mesa, não vou deter-me nisso, porém é importante mencionar, que, nessa mesma época, um grande coletivo de educadores e entidades, lideradas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, organizou e submeteu ao Congresso Nacional o **Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira**, o qual, por uma série de circunstâncias, foi preterido pelo Governo Federal, embora este abarcasse algumas de suas diretrizes. Em seu lugar, tivemos o PNE 2001-2011, elaborado nos âmbitos do Legislativo e do Executivo].

Entre as iniciativas, que conjugavam a ideia de planificação com a ideia da responsabilização social, destaco o **Movimento Todos Pela Educação** (TPE). Criado em setembro de 2006, o TPE surgiu de uma iniciativa empresarial centralizada pelo Grupo Gerdau (empresa multinacional do ramo siderúrgico), com a participação de várias

empresas, fundações e institutos, entre eles: Suzano Papel e Celulose, Odebrecht, Dpaschoal, Instituto Camargo Corrêa, Fundação Roberto Marinho e dos bancos Real, Bradesco e Santander, Fundação Itaú Social, Instituto Ayrton Senna, Instituto Ethos, além de pessoas físicas, incluindo secretários estaduais e municipais de educação, diretores de órgãos do MEC e professores universitários.

O Documento **Compromisso Todos pela Educação: bases éticas, jurídicas, pedagógicas, gerenciais, político-sociais e culturais** (Brasília, 2006) traz as concepções e as propostas do grupo.

A que veio o **COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO**? Trata-se de um tipo de iniciativa que, desde o início dos anos noventa, vem sendo experimentado pela sociedade brasileira: **Pacto de Minas pela Educação, O Direito é Aprender**, no Rio Grande do Sul, **Aliança de Campinas pela Educação, Acorda, Brasil! Está na hora da Escola** (MEC), **Conselho de Educação da FIEMG** (Federação das Indústrias de Minas Gerais), **O Movimento pelo Direito à Educação da ABMP** (Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude) e várias outras iniciativas nessa linha aconteceram em pontos os mais diversos do nosso Território.(p. 04)

Noutro trecho do mesmo documento, lê-se o que se segue.

A pedra angular da ética do **COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO** é a **CORESponsabilidade pelo todo**, que se consubstancia na atuação convergente, intercomplementar e sinérgica entre as políticas públicas, o mundo empresarial e as organizações sociais sem fins lucrativos;(…) Nada se constrói sobre as fraquezas e sombras, mas, sobre as forças e luzes, que cada um desses grandes segmentos podem e devem agregar ao esforço de mobilização social pela educação. O **Estado** tem o dever e a obrigação de ser o detentor dos fins universais (atender a todos). O **mundo empresarial** destaca-se pela sua capacidade de fazer acontecer (lógica dos meios) com eficiência, eficácia e efetividade. As **Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos** (Terceiro Setor) caracterizam-se pela sua sensibilidade, criatividade e espírito de luta.(pp. 7-8. Grifos no original).

No Documento em questão são inegáveis a visão gerencial da gestão da educação; o tratamento análogo entre escola e empresa privada, a importância estratégica da educação para o desenvolvimento econômico e a secundarização do papel do estado, entendido como mediador de conflitos entre os segmentos sociais. A súmula do TPE foi, no final de 2006, traduzida em 5 metas¹¹², difundidas à exaustão,

¹¹²Atualmente o MTPE têm divulgado, além das 5 metas mencionadas **(1)** “as cinco “atitudes que mostram como a população brasileira pode ajudar crianças e jovens a aprender cada vez mais e por toda a vida. Todas elas se apoiam em cinco pressupostos: vínculo afetivo, frequência, reconhecimento de avanços, diálogo e bons exemplos”, a saber. “Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento. Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola. Colocar a Educação escolar no dia a dia. Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos.

pretensamente capazes de orientar o “fomento ao capital social da educação”. São elas: “(1) toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; (2) toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; (3) todo aluno com aprendizado adequado à sua série; (4) todo jovem com ensino médio concluído até os 19 anos e (5) investimento em educação ampliado e bem gerido”.(TPE – Site Oficial).

Segundo o, então Presidente do Comitê Executivo do Todos pela Educação, o empresário Jorge Gerdau Johampeter “(...) a única forma de competirmos globalmente é garantindo uma educação de qualidade para todos”. Para isso, se requer colaboração de empresários, pois o “sucesso dessa missão” se daria mediante a sua “competência gerencial”, ou seja, “(...) uma das principais contribuições que as empresas podem dar à educação é promover a melhoria da gestão das instituições de ensino”, pois “(...) governos e organizações sociais tem pouca competência para o trabalho de gestão” (JOHAMNPETER, 2006 *apud* CAMINI, 2009).

Com a mudança da administração federal, transição FHC – Lula, há um movimento de recuperação do caráter público do estado e de reconfiguração de grande parte da política redistributiva, porém, no que toca à política educacional, lembremos que os esperados “vetos – de Lula – aos vetos – de FHC” que diziam respeito ao financiamento da educação no PNE 2001-2011 não ocorreram. Assim também, tardaram a ocorrer ações voltadas à esperada modificação das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), cuja expressão teórico-prática, eram os PCNs e PCNEMs (Parâmetros Curriculares Nacionais e para o Ensino Médio) com sua prodigalidade na criação de conteúdos escolares vazios, “saberes” transversais aos conhecimentos propriamente ditos.

Enquanto isso, entre os anos 2003 e 2010, nos estados da federação, houve movimentos distintos no que tange à organização curricular. Alguns aprofundaram os modelos já existentes (Minas e São Paulo, por exemplo); outros deram uma guinada no sentido da concepção disciplinar, de certa forma, recuperando elementos da pedagogia histórico-crítica. No Paraná, as gestões de Lula coincidiram com as gestões de Roberto

Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens e (...); e (2) “as 5 Bandeiras para os próximos anos. Elas tratam de assuntos que o movimento entende como prioritários para que o Brasil alcance melhoras impactantes na qualidade da Educação”. São elas. “Formação e carreira do professor. Definição dos direitos de aprendizagem. Uso relevante das avaliações externas na gestão educacional. Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação. Ampliação da exposição dos alunos ao ensino.” (Portal Todos Pela Educação, 2014).

Requião. Nessas gestões, foram debatidas e elaboradas as **Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Rede Estadual de Educação do Paraná**, atingindo todas as disciplinas de tradição curricular.

Em abril 2007, já na segunda gestão do Governo Lula, o MEC lança, *pari passu* com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), cujo objetivo central declarado era, e segue sendo, “*melhorar a qualidade da educação nacional*”.(BRASIL. PDE, 2010)

Nos eventos de lançamento do PDE, Lula reconhece que a educação escolar é importante, tanto para a economia como para os sujeitos que dela se beneficiam. Com efeito, ao observarmos o peso que a educação escolar pública tem na economia, vemos que há um enorme contingente de pessoas e empresas que dependem do “mercado escolar” para sobreviver ou extrair seus lucros. Na educação trabalham muitas pessoas diretamente e tantas outras indiretamente. As escolas demandam obras, equipamentos, serviços. O programa de alimentação escolar brasileiro, por exemplo, é a maior ação planetária de trocas mercantis no âmbito de alimentos. Os programas de livros (didáticos e outros) movimentam o setor editorial, o setor gráfico, as indústrias de papel, etc. Logo, a disputa desse mercado é extremamente acirrada.

Voltando ao Discurso de Lula à época do lançamento do PAC1 e do PDE; nas palavras do Presidente: “*o PAC e o PDE são anéis de uma mesma corrente para a construção de um novo Brasil*” (SILVA, 24/04/2007).

Paralelamente ao PDE, que no princípio agregava todos os programas então em execução no MEC, é instituído, **O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação- PMTPE** (Decreto federal n. 6.094/2007), que mantém o nome do seu inspirador, o movimento TPE, e abarca boa parte de sua lógica.

Segundo Savianni, em um texto de 2007, o PMTPE, “*a ser implementado pela União, é o carro-chefe do PDE*”, constitui-se em uma “*estratégia utilizada para regulamentar o regime de colaboração com municípios, estados e Distrito Federal*”, e com a participação das famílias e da comunidade, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. A integração dos entes federados ao Plano é estabelecida mediante a assinatura de termo de adesão. A parceria torna-se então “compromisso” assumido com a implementação das vinte e oito diretrizes estabelecidas pelo PMCTPE. (SAVIANI, 2007, p. 3 e ss.)

Algumas das Diretrizes do PMCTPE

I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;

II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;

XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;

XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.

Em julho de 2008, segundo o MEC, os 5563 municípios e os 26 estados mais o DF haviam formalizado a adesão ao PMCTPE (BRASIL, 2008, p. 15).

Originalmente, o PDE apresentava-se como rol de 36 Programas e seus respectivos subprogramas/ações para todos os níveis e etapas da educação. Atualmente, segundo pesquisa no ambiente *web* Portal MEC, estão em execução, apenas na Educação Básica cerca de 40 Programas/Subprogramas estruturantes (nacionais) e mais 25 Programas/Ações dedicados a pautas diversas; destes, alguns operam em âmbito nacional, outros em algumas localidades.

Assim que firmam o *Compromisso*, os entes federados devem organizar o PAR (Plano de Ações Articuladas) local, mediante o Comitê organizado especificamente para esse fim (Diretriz 28 do Compromisso). A elaboração do PAR, na sua primeira edição, contou a disponibilização do auxílio de consultores/universidades contratados pelo MEC. Como o PAR é plurianual (4 anos), a primeira edição deve ter sido finalizada em 2013, embora seja possível aos “convenientes” reprogramar ações, recebimentos e desembolsos de recursos. O PAR é um sistema de planejamento (diagnóstico/

gestão/financiamento) sofisticado e pré-formatado. Em linhas gerais, o instrumento funciona da seguinte maneira: dividem-se as prioridades em 4 dimensões (**1.** Gestão Educacional. **2.** Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar. **3.** Práticas Pedagógicas e Avaliação. **4.** Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos).

Cada uma delas apresenta uma série de tópicos (segmento de política programa) e solicita ao conveniado uma análise situacional com três variáveis. Três níveis de atendimento são possíveis: do atendimento inexistente, passando por um nível de atendimento parcial, finalizando com a opção de atendimento total. Em caso de apontar-se o atendimento inexistente ou parcial, o instrumento abre a série de subações necessárias à plena realização do tópico/ação. Grande parte dessas subações podem ser financiadas e, em caso do município/estado requisitar esse financiamento, é, automaticamente, encaminhado às telas onde constam os itens financiáveis, seus valores, suas unidades de medidas. Após concluído o Plano, o mesmo é submetido a análise do MEC e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento, órgão responsável pela distribuição dos recursos e pelos acordos das contrapartidas, quando existirem. O PAR é preenchido por estados e municípios; para as escolas, há o PDE-Interativo, com a mesma lógica. Pelos sistemas de gestão, controla-se, também a inserção de dados, a distribuição de recursos, equipamentos e demais itens para os programas e dos recursos do PDDE e PDE Escola (Programa Dinheiro Direto na Escola e Programa de Desenvolvimento Educacional da Escola). Há, também, aplicativos para a composição das despesas e para as prestações de contas.

Em suma, segundo os Documentos-Sínteses do PAR, seu fluxo tem seguintes componentes.

- 1. Síntese por indicador:** resultado detalhado da realização do diagnóstico.
- 2. Síntese da dimensão:** resultado quantitativo da realização do diagnóstico.
- 3. Síntese do PAR:** apresenta o detalhamento das ações e subações selecionadas por cada estado ou município.
- 4. Termo de Cooperação:** apresenta a relação de ações e subações que contarão com o apoio técnico do Ministério da Educação.
- 5. Liberação dos recursos:** apresenta a relação de ações que geraram convênio, ou seja, a liberação de recursos financeiros. (Portal MEC. Apresentação PAR).

Os Programas também necessitam de adesão prévia e suas contrapartidas, segundo o MEC, “*são analisadas conforme uma série de variáveis, que vão da*

capacidade fiscal do ente federado, seu IDH, até a soma geral das contrapartidas locais e financiamentos federais recebidos, considerando todo o leque de suas adesões” (MEC; Equipe Técnica do FNDE – via e-mail).

Se a qualidade é entendida como o objeto e o objetivo centrais do PDE, cabe perguntar como o Programa conceitua a qualidade. No principal documento do PDE afirma-se que as avaliações em larga escala e os exames nacionais são *“radiografia da qualidade da Educação Básica”*. Combinadas aos dados do Educacenso, tais avaliações foram as bases para a construção do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). (BRASIL. PDE, 2010) Para se dimensionar as metas por escola, no entanto, houve uma comparação com os resultados atribuídos aos países da OCDE mediante fórmulas matemáticas. Espera-se que em 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, nossos estudantes atinjam o mesmo nível de proficiência dos atribuídos aos estudantes daqueles países. Note-se que este objetivo é estabelecido em 2006, pela organização TPE. (TPE.Brasília, 2006)

Em 2007, na página do MEC, assim se definia o IDEB: *“O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador objetivo para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso. Será calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no censo escolar, e as médias de desempenho nas avaliações do INEP; o SAEB, para as unidades da federação e para o país; e a Prova Brasil, para os municípios”*. (BRASIL, 2007 – Portal MEC: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na composição do IDEB do EF há os indicadores de fluxo (evasão, promoção e repetência = 46,1% da composição) e os de proficiência (língua portuguesa e matemática = 56,9% da composição). (Entrevista Aloísio Mercadante, 2013 – Lançamento do Pacto EM – Rede Brasileira de Notícias).

Na composição do IDEB do EM estuda-se a utilização dos dados do ENEM.

Segundo a literatura consultada e os documentos analisados, os eixos estruturantes e interligados do PDE, podem ser assim resumidos:

- Visão sistêmica da educação (formação de redes e lógica causal de fluxos)
- Planificação e monitoramento constante (rede/sistema e estudante)

- Responsabilização e publicidade (controle social institucional e comunitário)
- Mobilização
- Territorialidade
- Sinergia intersetorial

PRINCIPAIS PROGRAMAS/AÇÕES MEC – EDUCAÇÃO BÁSICA¹¹³

Sistemas de planejamento, gestão e financiamento (SIMEC)

PAR

PDE Escola - PDE interativo

SISMED.

Curriculares (modalidades); aquisição de vagas em instituições privadas e de alfabetização

Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

PRONATEC

→Expansão da Rede Federal

→Programa Brasil Profissionalizado

→Rede e-TecBrasil

→Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem-

→SENAI, SENAC, SESC e SESI

→FIES Técnico –Sistema S

→FIES Empresa

→Bolsa-Formação

SISUTEC

PROEJA

PROEDUSE

Brasil Alfabetizado

Mais Educação(fase final; será substituído ou cessado, em 2015, segundo MEC)

Mais Cultura (MEC e MINC)

Ensino Médio Inovador

Proinfância

Formação continuada para professores

Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

¹¹³ Nessa lista não constam os todos os Programas para a Educação Infantil e a totalidade dos Programas para a Educação Superior, que são muitos e importantes. Em itálico, os Programas considerados estruturantes na lógica do PDE – Diretrizes do Compromisso.

ProInfantil – Curso modalidade Normal Superior - Distância(fase final- abarcado pelo PNAIC)

Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor

Proinfo Integrado

e-Proinfo

Pró-letramento(fase final- abarcado pelo PNAIC)

Gestar II

Rede Nacional de Formação Continuada de Professores

Livros e materiais para escolas, estudantes e professores

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

Coleção explorando o Ensino

Publicações da Secretaria de Educação Básica

Publicações das IES parceiras – PNAIC, PRO-EMI, PACTO, MAIS EDUCAÇÃO, PROEDUSE, ETC...

Tecnologia e Educação a Distância

TV Escola

Portal do Professor

Salto para o Futuro

Banco Internacional de Objetos Educacionais - BIOE

Domínio Público

Guia de Tecnologias

Apoio à Gestão Educacional

PRADIME - Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Pro-Conselho - Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação

Infraestrutura

FUNDEB

PSPN

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância

Proinfo

Caminho da Escola - Transporte Escolar(públicas, comunitárias, filantrópicas)

Dinheiro Direto na Escola - PDDE (públicas, comunitárias, filantrópicas)

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE(públicas, comunitárias, filantrópicas)

Avaliações da aprendizagem, da produtividade (fluxo)e certificação via exames

IDEB – norteador de todas as políticas

Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB - Composto por três processos:

→ Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb

→ Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc e

→ (a partir de 2013) Avaliação Nacional de Alfabetização – Ana

√ Prova Brasil

√ Provinha Brasil

ENEM (EXAME)

ENCCEJA (EXAME)

Prêmios e competições

Olimpíada Brasileira de Matemática para as Escolas Públicas - OBMEP.

Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro – OLP.

Prêmio Professores do Brasil

TV Escola

Outros

Saúde na Escola

Atleta na Escola

Luz para Todos – escola

Escola-Comunidade

Escola na Copa; Escola na Olimpíada; Convênios com times internacionais e nacionais de voleibol, futebol e outros esportes.

Parlamento Juvenil do Mercosul

Jovem Senador; jovem Senadora

(BRASIL, Portal MEC – PDE: Conheça todos programas/ações - <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es>)

A partir da análise dos Programas PDE que têm impacto curricular e do cotejamento entre o texto dos documentos orientadores e legais com o contexto, ou seja, a historicidade e a conjuntura em que as diretivas presentes nesses registros deveriam concretizar-se, problematizo alguns pontos os quais creio que merecem ser objeto de reflexões e, por fim, indico alguns avanços.

Problematizações

1. Embora o texto-síntese do PDE afirme que ele se define como estratégia de implementação do PNE, na realidade eles não apresentam relações diretas. Em 2007 e 2008, Saviani e outros autores já apontavam este problema. Ressaltava-se, na época, o fato do PDE vir “de cima”, desconsiderando o acúmulo de discussões dos educadores. Com efeito, o PDE, ao centralizar decisões e descentralizar ações, sinaliza um risco para o futuro PNE e, mais ainda para os PEEs e PNEs, os quais pode vir a reduzir-se a documentos de orientações, com efeitos quase burocráticos e ritos de debates afeitos à

legitimação coletiva de uma pauta já definida. Note-se que atualmente nem mesmo os órgãos de tratam do PDE e dos Planos se encontram no mesmo âmbito governamental (SASE/MEC e Fórum Nacional) e, no próprio MEC, PDE e Planos (PNE, PEEs e PMEs) encontram-se em Secretarias diferentes. O PNE sequer consta na listagem de ações do PDE.

2. Considerando: (1) que o PDE abrange um número enorme de programas e ações administrados e geridos por grupos diferentes, cujos objetivos são diferentes e operam a partir de condições concretas diversas; (2) que o PDE almeja a qualidade da educação medida por índices e dados e não por um projeto consensual de sociedade, de educação, de nação; (3) que sob o sistema do capital, as dificuldades dos planos setoriais que arvoram beneficiar igualmente à totalidade da população são enormes, pois conforme afirmava Calazans (2001, p. 13), retomando a Octavio Ianni, “*não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas o capitalismo é que planeja o planejamento*”, pergunta-se: **PDE é realmente UM Plano?** Expressa realmente um passo no caminho da construção de um Sistema Nacional de Educação?

3. A pressão negativa sobre os conteúdos escolares tradicionais que não são objeto das avaliações em larga tem sido reforçada pelo PDE como um todo e, mais propriamente, pelos Programas Mais Educação, Pró- EMI e Pacto. Nos discursos da mídia, dos próprios Ministros, das redes e sistemas, dos documentos legais, etc. essa desvalorização das disciplinas, excetuando-se a LP, a M e, mais recentemente, devido à reorientação do PISA, as Ciências, é flagrante. Os conceitos de disciplina, componente curricular e área não estão explícitos em nenhum dos documentos analisados, embora seja notável a preferência pela área, pelo “macrocampo”, em detrimento dos conhecimentos específicos. Dessa forma, entendo que é impossível “qualificar a qualidade que se pretende construir”.

4. O Compromisso e o PDE são fortemente legitimados pela via da repetição de determinados discursos, o que ocorre desde o final dos anos de 1990, a partir da Declaração Mundial de Jomtien, os quais são tomados como verdade e, portanto, são pouquíssimo questionados. As avaliações são um bom exemplo dessa realidade. Pouco se discute publicamente se: (a) os resultados das avaliações em larga escala e, mais recentemente, do IDEB realmente expressam a qualidade da educação; (b) é aceitável, pedagogicamente, que a avaliação em larga escala defina o currículo e os encaminhamentos pedagógicos escolares; (c) é aceitável, socialmente, que se criem inúmeros sistemas de avaliação (estaduais, municipais, federal) e se estabeleça,

indiretamente, a competição entre escolas, sistemas e redes com diferentes condições e características.

5. Dada a permissividade e a displicência que vitima alguns conceitos fundamentais para educação nos textos dos Programas analisados e, também, da sua enorme dependência das parcerias público-privadas, geram-se, não ingenuamente, confusões, tais como: (1) *educação integral* é tomada como quase o mesmo *que educação em tempo integral*; (2) *interdisciplinaridade* é entendida como diálogo entre saberes dispersos; (3) *a forma pública* é confundida com a *forma privada*, porém *gratuita* para o estudante. [Recentemente uma notícia veiculada pelo Grupo Positivo, afirmava: “o Positivo oferecerá, pelo SISUTEC, centenas de vagas públicas para cursos profissionalizantes (...)”]. (Site do Grupo Positivo, repercutido pela Band News FM e Gazeta do Povo Online).

6. Os custos dos Programas são altos. O Pacto, por exemplo, em 2014, consumirá, somente em dois itens, o pagamento de bolsas e o custeio de eventos de “formação dos formadores”, R\$ 1, 25 bilhão (Fonte: Orçamento MEC; segundo Mercadante: “aproximadamente R\$ 1 Bi será gasto em bolsas”). Considerando, também, que escolas de vários estados/municípios recebem proporcionalmente mais recursos do MEC, via PDDE e PDE, além materiais diversos, do que percebem em inversões de custeio e capital de suas próprias mantenedoras, via orçamentos locais e fundo fiscal, seria ingenuidade, então, perguntar se a totalidade dos recursos do PDE não seriam melhor empregados caso os esforços fossem concentrados nos três itens que historicamente compõe a pauta dos educadores, a saber (1) formação continuada presencial para os professores respeitando-se a especificidade das disciplinas escolares; (2) efetivação da gestão democrática em TODAS as instâncias da educação (não apenas na escola) tal como o preceito constitucional e a LDBEN determinam; (3) salários condignos aos profissionais da educação e melhora global nas condições do trabalho docente e da infraestrutura básica das escolas.

7. Considerando a distribuição de bolsas a professores das universidades e das escolas em alguns Programas e o financiamento MES a grupos de pesquisa acadêmica que, tradicionalmente realizam as análises da política educacional, cria-se uma relação tal que obstaculariza o controle social do PDE/Compromisso. Entende-se que, ao menos, os dirigentes da educação e os co-executores das políticas deveriam considerar honestamente esse limite. As bolsas aos professores que aderirem ao Pacto, por exemplo, foram apresentadas em alguns estados como “vantagem de participar do

Programa”; já, o então Ministro Mercadante, no lançamento do Pacto, disse que “duzentos reais é pouco, mas no momento, é o valor possível”. E completando, afirmou: “não se esqueçam que é pouco, mas é equivalente a 10% do Piso”.(Entrevista Coletiva MEC; Lançamento do Pacto para o Fortalecimento do EM. 2013).

Avanços

1. O PDE/Compromisso realmente fez o movimento de situar a educação na agenda nacional. A positividade está no julgamento da maioria da população, captado nas PNADs, que educação é uma prioridade. Jamais na história republicana a educação foi tão destacada, embora restem questionamentos acerca do conteúdo desse destaque.

2. Os investimentos globais em educação, embora ainda insuficientes, têm sido muito maiores e a carreira do professor tem, lentamente, evoluído. Mudanças na composição e na distribuição do FUNDEB e do salário-educação, além de aumentos nas transferências voluntárias da União foram positivos. No NE, por exemplo, há 15 anos parte expressiva dos professores recebia, em termos líquidos, algo em torno de 2/3 de um salário mínimo da época. (CNTE/DIEESE, 2010)

2.1 As Diretrizes do Compromisso que aludem à carreira dos profissionais da educação têm obrigado que municípios e estados que ainda não possuem PCCRs, os discutam e os implementem.

2.2 A qualidade da merenda melhorou em razão dos aportes federais, embora esse fator dependa das ações de estados e municípios.

2.3. O PNLD foi ampliado e modernizado, o mesmo ocorrendo com as Bibliotecas Escolares.

3. O acesso/frequência nos anos iniciais e finais do EF melhorou, mas permanece no mesmo patamar de 2007. Estamos muito perto da universalização (pouco mais de 97%). A matrícula global no EM estacionou na modalidade regular, mas cresceu na Educação Profissional e, muito provavelmente, em razão da EC 19 tende a evoluir. A evolução das matrículas nos IFETs tem sido constante e, considerando a ampliação prevista da matrícula federal em EM técnico, é provável que siga evoluindo.

4. Aos poucos o PDE vem colaborando, pelo reforço à afirmação da educação como prioridade para o desenvolvimento, com a ruptura da ideia elitista e dicotômica, fortemente instaurada na crença geral, inclusive na cultura das escolas, segundo a qual a extensão do acesso à educação é fator que se opõe à qualidade da oferta desse direito. Nesse ponto, também se insiste que é preciso “qualificar melhor a qualidade”.

Referências

BARLETA, Ilma de Andrade. **As diretrizes do acordo de metas Compromisso Todos pela Educação e o trabalho docente.** s/d. Pdf Disponível em: <http://www.sbec.org.br/evt2012/trab24.pdf>. Acesso em: 18/05/2014.

BRASIL. MEC. Plano de Ações Articuladas: PAR. Apresentação. <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 18/05/2014.

_____. Portal Pronatec. <http://pronatec.mec.gov.br/>. Acesso em: 18/05/2014.

_____. Portal Simec. <http://simec.mec.gov.br/>. Acesso em: 18/05/2014.

_____. SEB. Programa Ensino Médio Inovador – PróEMi. **Documento Orientador.** 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 18/05/2014.

_____. **Programa Mais Educação.** Passo a passo. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 18/05/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.**

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento e educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções. In: KUENZER, Acácia; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMINI, Lucia. **A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** RBP AE – v.26, n.3, p. 535-550, set./dez. 2010.

COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO. Bases Éticas, Jurídicas, Pedagógicas, Gerenciais, Político-Sociais e Culturais. Brasília, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 18/05/2014.

Lançamento do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Evento. Video. Duração: 1:06:47. Apresentação Aluísio Mercadante. Brasília. 25/11/2013. Disponível em: ><http://www.youtube.com/watch?v=CBJA0sznNHM>. Acesso em: 18/05/2014.

GAZETA DO POVO. Notícia 08/04/2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidauniversidade/conteudo.phtml?id=1460542>. Acesso em: 18/05/2014.

Governo Federal. **Programa de Aceleração do Crescimento.** Portal PAC. <http://www.pac.gov.br/>. Acesso em: 18/05/2014.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** análise do projeto Do Mec. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231 a 1255, out. 2007 1231. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18/05/2014.

VOSS, Dulce Mari da Silva. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):** contextos e discursos. Cadernos de Educação/ FaE/PPGE/UFPel/ Pelotas [38]: 43 - 67, janeiro/abril 2011.